

Como poucos países, Moçambique experimentou transformações profundas no lapso de trinta anos. Estas transformações estiveram marcadas pela introdução de diferentes modelos de produção e desenvolvimento, forçadamente modernizantes que apontavam transformar um mundo tradicional tribalista em um moderno de corte ocidental. De acordo com este fato tentaremos questionar a partir da circulação migratória moçambicana, a relação entre modernização econômica e modernidade política, durante os períodos colonial e pós-colonial, a partir de um aspecto importante: o caráter explicitamente compulsório do uso da força de trabalho e confronta-as às diversificadas respostas dos habitantes, sujeitos a estes processos de afetação trabalhista, em especial os antigos trabalhadores que foram para a RDA.

[MOÇAMBIQUE, MIGRAÇÃO,  
FORÇA DE TRABALHO,  
MODERNIZAÇÃO COMPULSIVA]

article

## Do RAND à RDA?

### Modernização compulsória e práticas sociais e estratégias de mobilidade social

Héctor Guerra Hernández

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
[hec.gue@gmail.com](mailto:hec.gue@gmail.com)

#### BREVE INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Como poucos países, Moçambique experimentou transformações profundas no lapso de trinta anos. Por dizê-lo de uma forma geral, mesmo que não exata cada década, entre 1970 e 2000, esteve marcada por diversos modelos de produção e desenvolvimento econômicos: colonial, socialista e capitalista. Para poder entender estas transformações em tão curto prazo é desaconselhável cair em explicações simplistas como as desenvolvidas pela teoria da transição, que propõe o período socialista como um intervalo entre a passagem de uma economia colonial a uma capitalista a partir desta última<sup>2</sup>. Mesmo que neste caso

<sup>1</sup> O texto a seguir corresponde ao estágio inicial de uma pesquisa de doutorado, cujo título original é *Ma(d)jermanes: passado colonial e presente diaspórizado. Reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do socialismo colonial europeu*. A pesquisa está sendo realizada com o apoio da FAPESP, sob a orientação do Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp.

<sup>2</sup> A reflexão aqui tenta resgatar a crítica desenvolvida por Katherine Verdery, a qual fala da possibilidade real de distanciamento de uma “teleologia da transição”.

o prognóstico, desde esta perspectiva desenvolvimentista, parecera ser acertado, este enfoque suspende toda possibilidade de ver rupturas e continuidades entre os diversos períodos vividos pelos habitantes deste país e com isso não só impossibilitam entender os atuais problemas de desenvolvimento, mas também nega as particularidades deste processo tão controverso. Sobretudo porque concentra seu análise num enfoque de ordem universal usando critérios econômicos e políticos de caráter forçadamente modernizantes, qual seja traçando de maneira voluntária ou involuntária um caminho que iria supostamente de um mundo tradicional tribalista ao mundo moderno de corte ocidental, pautado por momentos diferenciados e autônomos entre se, como se o trajeto de um país, neste caso Moçambique, estivesse irremediavelmente condicionado às mudanças matrizes que qualquer país viveu ou “deveria” viver para se constituir como país moderno.

A opção escolhida para este curto análise privilegiará, então, por um lado a compreensão deste abrupto e irremediável caminho pre-traçado, desde uma perspectiva endógena, a partir da existência de um estado como instituição relativamente débil como para promover um contrato social que sustentasse sua legitimidade frente à população e daí entender este percurso “acelerado” entre os diferentes modelos de desenvolvimento, levando em consideração que este trajeto é feito num contexto marcado por uma guerra interna complexa e concomitante ao próprio processo de modernização vivido pelo país. Por outro, tentar entender, sob este contexto de violência e conflito, as práticas sociais existentes em relação às estratégias de migração dos próprios moçambicanos, as quais seriam, em muitos casos, anteriores ou paralelas a estes projetos políticos modernizantes. Práticas migratórias caracterizadas por combinar uma racionalidade econômica de ordem pragmática numa

estrutura social tradicional ancestral de um dinamismo particular, mas também como uma “opção” contínua para fazer frente às dificuldades cotidianas que o mesmo caminho à modernidade iria colocando.

Neste aspecto concentraremos os esforços na comparação das migrações para as minas da África do sul (doravante Rand) e para a República Democrática Alemã (doravante RDA) (1979 e 1990). A literatura sobre a migração trabalhista para África do Sul é imensa e daí a dificuldade de poder abranger toda sua extensão. No entanto, ao referirmos à história desta última migração, autores como Hans-Joachim Döring (2005) e Jochen Oppenheimer (2004) mencionam nos seus respectivos trabalhos, algumas semelhanças encontradas entre os trabalhadores moçambicanos nas minas do Transvaal e os que foram para República Democrática Alemã<sup>3</sup>. O interesse nesta comparação, por parte destes autores, se concentrava quase exclusivamente em salientar o nível de controle sobre os corpos destes trabalhadores por parte dos governos envolvidos nesta migração. De acordo com esta interrogante tentaremos neste breve artigo, em linhas bastante gerais, revisar estas semelhanças propostas, colocando o eixo ordenador na relação entre modernização econômica (modos de produção) e modernidade política (cidadania, ascensão social). No entanto para o período colonial tentarei apenas fazer um esboço geral do período, levando em consideração alguns trabalhos antropológicos revelantes, para logo me concentrar no período pós-colonial socialista que representa o objeto de interesse principal neste projeto de pesquisa. Esta reflexão tenta indagar neste percurso a partir de um elemento que para nossa análise se perfila com o crucial: o uso compulsório da força de trabalho como elemento constituinte do processo de modernização moçambicano e como este se estrutura a partir do conflito e a violência, que para o caso nos parece um elemento

entendida esta como a suposição de que o futuro dos antigos países socialistas pode ser compreendido a partir da senda do desenvolvimento capitalista ocidental (cf. Verdery, 2002).

<sup>3</sup> Segundo os mesmos autores, entre 1979 e 1990 passaram pela extinta República Democrática Alemã aproximadamente 21.600 trabalhadores moçambicanos.

inerente ao próprio processo. Cabe destacar que este artigo, por ser preliminar e ter um caráter mais geral, deixa pendente um confronto mais exaustivo com os diferentes aspectos que serão tocados aqui. Porém o confronto com estes aspectos estará condicionado por sua vez ao nível de relevância que o trabalho de campo vá configurando neste projeto de pesquisa em andamento.

## 1. ORDEM COLONIAL E SOCIALISTA: RUPTURAS E CONTINUIDADES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Fazendo uma revisão da literatura escrita por diversos autores, constatamos o uso do conceito de “modo de produção”; como fio condutor, o qual comunicaria os períodos colonial e socialista ao atual. Queremos partir assumindo a idéia de continuidade colocada por Colaço (2001), quem sustenta que o rompimento entre um modo de produção e outro, baseia-se numa continuidade específica, qual seja, de um lado pensar o trabalho colonial como:

“o cartão de entrada no grêmio da civilização (modernidade e/ou desenvolvimento) [...] A política de assimilação do período colonial, que objetivava criar no africano uma mentalidade lusitana, seguiu, com a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique, doravante FRELIMO), uma óptica coerente com seus princípios revolucionários, através da idéia do homem novo, do proletariado, de uma nova visão de educação, tendo a língua portuguesa como base da unidade nacional”.  
(Colaço, 2001:92)

### 1.1. Função do trabalho no período colonial: civilizando com a lei do chicote

O trabalho em contextos coloniais foi considerado pelos seus administradores o caminho adequado para a incorporação do africano numa nova ordem

econômica e através desta incorporação se visava emancipar o indígena das “travas” dos seus “usos e costumes tradicionais” (Thomaz, 2002) do passado. No entanto, a maneira como foi aplicada efetivamente esta política deixou entrever as profundas clivagens do processo, ao não considerar precisamente as condições materiais e sociais existentes em Moçambique. Capela (1989) descreve a dificuldade de incorporação ao trabalho dos habitantes moçambicanos no período colonial da seguinte forma:

“De facto, nem as condições objetivas nem as condições subjetivas permitiam criar mão-de-obra assalariada livre. Esta podia subtrair-se à prestação de trabalho porque, melhor ou pior, dispunha de meios naturais de subsistência e nem material nem psicologicamente era possível atraí-la ao mercado livre do trabalho”.

(Capela, 1989:23)

Porém, como veremos mais adiante, esta suposta falta de atração ao mercado livre de trabalho não explica por que então a opção de migrar para as minas do Transvaal teve tal envergadura e continuidade, se consideramos que o modo de produção atuante na região sul-africana era manifestamente capitalista.

Diferentemente de outros colonialistas portugueses, Mouzinho de Albuquerque e António Enes, militares da política colonial portuguesa de aquele então, centraram seus esforços numa “ação (política) colonial” mais eficiente. Elaboraram políticas buscando sempre articular a acumulação do capital, a ação militar, a ocupação efetiva das terras e a utilização compulsória da força de trabalho indígena, mas também procuraram criar uma legislação adequada sob uma perspectiva tutelar, qual seja colocando ao indígena “não domesticado pelo habito do trabalho, na categoria de pessoa de natureza diferente ou criança grande que deve ser tutelada, guiada, pelos caminhos de educação” (Feliciano, 1998:96-97), procurava-se justificar o uso do trabalho compulsório como



elemento civilizatório dinamizador da economia. Em seus escritos e discursos “modernizantes”, reconheciam ultrapassadas as formas de economia mercantil através do tráfico de escravos e propuseram novas formas de realização da economia, definindo primeiramente uma legislação que legitimava “a obrigação moral dos negros ao trabalho”<sup>4</sup> como o ápice da ação colonial “civilizadora”, justificada através da idéia do “estado primitivo dos negros”, antropologicamente inferiores<sup>5</sup>. Neste contexto, o sistema colonial anterior a 1895 é reformado e adequado às necessidades de transformação visando modernizar a forma de domínio para um modo de produção capitalista. A obtenção de braços indígenas para o trabalho significava, para António Enes, a reorientação do trabalho escravo dos moçambicanos, entendidos como ferramenta humana indispensável (Mazula, 1995:70) na acumulação de riquezas, substituindo a imagem do escravo pela de um trabalhador livre, porém sem estatus cidadão. Contudo, apesar da força argumentativa desta política, as relações de produção não variaram substancialmente, quer dizer, o sujeito trabalhador ao não possuir um estatus que garantisse seus direitos civis, não podia garantir quaisquer lucro na incorporação como mão-de-obra livre ao novo sistema, devido a que

“...por outro lado, os agentes locais do capital, pela sua extração classista, e pela mentalidade herdada de séculos de relações escravagistas, continuavam a encarar e a tratar o preto não como o cidadão que constava do Código Civil, mas como o escravo de sempre que continuava na sua posse. O primeiro

<sup>4</sup> “...O Estado... não deve ter escrúpulo de obrigar e, sendo preciso, de forçar a trabalharem, isto, a melhorarem-se pelo trabalho... a civilizarem-se trabalhando, esses negros rudes [...] uma raça que ainda até hoje... não produziu por esforço seu espontâneo um só rendimento de civilização...” (Feliciano, 1998:28).

<sup>5</sup> A temática sobre a antropologia em Portugal do período e, sobretudo em relação ao Ato colonial e a Lei do Indigenato no tratamento da população moçambicana, ver Thomaz (2002b), e Cabecinha; Cunha (2003).

diretor das Obras Públicas em Moçambique, liberal mandado de Lisboa, conta, espantado, que, no fim do mês, apareciam a receber os salários dos trabalhadores negros os seus patrões, que para lá os tinham mandado” (Capela, 1989:23)

Ironicamente a política “civilizatória” que visava transformar os “usos e costumes” dos indígenas, não reparou na necessidade de mudar também os “usos e costumes” dos próprios colonos portugueses, acostumados já ao comércio escravista. Talvez seja esta uma causa plausível para entender a preferência dos moçambicanos pelas minas no Transvaal, contudo, parece necessário explicitar ainda mais a maneira como a administração colonial aplicou esta nova política, sobretudo para poder enxergar melhor quais as semelhanças e também quais as diferenças desta migração com a do período pós-colonial socialista para a RDA. Em outra passagem, Capela (1989) descreve as dificuldades sob as quais este novo modo de produção era incorporado:

“Tanto para produzir como para comprar faltava, porém, o elemento indispensável: o trabalhador livre, produtor e consumidor em sistema que era novo para a África portuguesa [...] E foram da tal ordem que os tratadistas coloniais numerosos e prolixos, a partir do último quartel de século passado (século XIX), jamais deixaram de abordar obsessivamente o problema da mão-de-obra”.

(Capela, 1989:15)

Embora tenha sido apenas enunciado na introdução deste trabalho, para poder entender as dificuldades deste regime interno sobre a força de trabalho moçambicana, parece crucial colocar aqui a questão da dependência de Moçambique colonial com as economias vizinhas. “Em Moçambique no período de 1785 e 1870 o Estado português ocupou-se a cobrar taxas alfandegárias ao longo da costa e na mono-exportação de escravos” (CEA, 1998:15).

Concomitantemente, os interesses despertados principalmente pela potencia britânica na região e os conflitos sobre possessão de colônias desembocaram na conferência de Berlim<sup>6</sup>. Antes da “pacificação” (Capela, 1977:15) dos territórios pertencentes ao reino de Gaza<sup>7</sup>, a administração portuguesa estava consciente de não possuir o poder suficiente para subjugar as povoações ao sul do rio Save e obrigá-las a pagar impostos e assim compensar as ganâncias do comércio de escravos, o qual estavam sendo entorpecido pela abolição oficial do tráfico e o controle obstinado dos ingleses<sup>8</sup>. Porém, um dos problemas fundamentais foi a quase inexistência de uma infraestrutura que estivesse à altura dos câmbios nos modos de produção exigidos para esse período, porque a política aplicada pela administração colonial até aquele então, se caracterizava principalmente por uma contínua dependência ao capital estrangeiro e, sobretudo por estar constituída sob uma estrutura de serviço orientada ao fornecimento das exportações e importações das colônias vizinhas da África do Sul e Rodésia, mas também com área de fornecimento de mão-de-obra para a extração mineira e a agricultura

nestas regiões limítrofes (CEA, 1998:17). Esta situação desempenhou um papel gravitante no desenvolvimento do modo produtivo capitalista interno, pois não conseguiu se sobrepor a este condicionamento em detrimento de uma economia voltada à criação de um sistema agrícola e industrial auto-suficiente. Efetivamente, a falta de fomento das unidades produtivas internas, foi criando a incapacidade de competir com seus vizinhos regionais e de atrair trabalhadores para o funcionamento do sistema recém instaurado. Ao contrario reforçou ainda mais a política de recrutamento coercitivo (Isaacman; Isaacman, 1983:34). O código do trabalho Indígena de 1899 proporcionou o marco jurídico para um sistema do trabalho forçado, conhecido como *Xibàlu*<sup>9</sup>, que continuou funcionando em Moçambique de diversas formas até 1975<sup>10</sup>. O trabalho compulsório ou *Xibàlu* era aplicado a quem não pudesse ou não tivesse para pagar o imposto de palhota. Desde 1892 as companhias majestáticas podiam cobrar este imposto, o qual naquele então era cifrado em 900 réis por palhota ou cubata (Capela, 1977:60). Num começo este imposto era pago com dinheiro ou especiaria, já a partir de 1894 o imposto era cobrado só em dinheiro<sup>11</sup>.

“Os indivíduos que não satisfizessem a este

<sup>9</sup> *Xibàlu* significa trabalho forçado (Sitoe, 1996:253).

<sup>10</sup> “*Xibàlu* was officially abolished in 1961 when Portugal joined the ILO, but in practice forced labour continued in Mozambique until Independence in 1975” (Norman, 2004:xxvii).

<sup>11</sup> “O imposto e palhota que era de 340 réis, em 1881, foi depois criado com força de lei, pelo decreto de 1883 cujos valores passaram a ser os seguintes: 800 réis por palhota nas cidades e vilas; 600 réis fora destas, nos Distritos de Cabo Delgado, Moçambique, Quelimane, Lourenço Marques e no Litoral de Inhambane. 1988, foi elevado para 800 réis pelo menos em Inhambane. Por esse decreto foi ainda criado o imposto de 120 réis sobre cada palmeira e 10 réis sobre cada cajueiro[...] No ano de 1894, por decreto, a taxa foi elevada para 900 réis nos Distritos de Moçambique e Zambézia e para 1\$350 réis nos Distritos de Inhambane e L. Marques (nas capitais 1\$500 réis). Pela Portaria de 1896, voltou a ser elevada nos Distritos de L. Marques, Gaza e Moçambique para 2\$500 réis (= 0,5£), mantendo-se no de Inhambane em 1\$359 réis” (Feliciano, 1998:69).

<sup>6</sup> “Somente nos finais do século XIX, após a Conferência de Berlim (1884/1885) e a Conferência Antiesclavagista de Bruxelas (1889), é que o Governo Colonial Português se preocupou mais com a ocupação efetiva da colônia para realização do capital, e, em muitos casos, por pressão dos interesses econômicos de outras potências colonizadoras, sobretudo da Inglaterra, da Alemanha e de França. António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Oliveira Martins e Azevedo Coutinho aperceberam-se das conseqüências últimas dessas pressões: o perigo da perda das colônias. Na realidade, as pressões derivavam do liberalismo econômico exigido pela política de mercado livre que o capitalismo impunha. Protestos organizados por Sociedades Antiesclavagistas, na maioria inglesas, e precedidos de um protesto oficial do Governo Britânico ao Governo Português, a 13 de Agosto de 1887, todos “contra a expansão da influência portuguesa na África Austral”, além de inúmeras denúncias de prática de escravatura em toda a colônia, obrigaram o Governo Português, em Moçambique, à capitulação” (Mazula, 1995:69).

<sup>7</sup> Para ver a história completa deste processo de ocupação ver Pélissier (1988).

<sup>8</sup> Em 1875 foram confiscados vários barcos negreiros com escravos e libertados pela marina inglesa (Covane, 2001).



pagamento, desde que legalmente exigido pelo empregado competente da companhia, seriam obrigados a trabalhar durante o número preciso de dias para que, ao preço do salário local, se perfizesse o quantitativo do imposto aumentado de 50 por cento”.

(Capela, 1977:61)

Aqueles que eram *apanhados* para cumprir com o *Xibãlu*, eram requeridos para o trabalho em plantações agrícolas, na edificação de caminhos e obras viários, na construção de edifícios públicos, na construção e reparação de linhas férreas, nos portos, como criados domésticos ou para qualquer outro tipo de trabalho público ou tarefa privada. (Hanlon 1990: 18-19) Ainda os que se recusavam de cumprir com este trabalho compulsório “...were whipped and beaten, and those who fled did so at the risk of having their wives and daughters taken hostage and sexually abused” (Isaacman; Isaacman, 1983:42). Em Moçambique, a migração para as regiões do Transvaal na África do Sul é um fenômeno de longa data<sup>12</sup>. Principalmente nas regiões ao sul do rio Save, as migrações para as plantações de cana de açúcar em Natal (Covane, 1989:13) constituíam o cotidiano das povoações ali assentadas. No entanto a descoberta de jazigos de ouro em 1886, na região do Transvaal na África do Sul, transformou este fluxo em um sistema permanente de idas e vindas. A baixa lei do metal obrigava às companhias a concentrar seus esforços na contratação de suficiente mão-de-obra e, assim, poder manter a rentabilidade da extração. Conseqüente com isto se constitui a Witwatersrand Native Labour Association (WENELA), a qual estará encarregada de recrutar mão-de-obra fora das fronteiras do Rand, pois a mão-de-obra nativa na região não era suficiente

<sup>12</sup> “Em relação à mão de obra, nas décadas 50/60 do século XIX, muito antes do estabelecimento efetivo da administração colonial, homens emigravam de Delagoa Bay para as plantações de cana de açúcar do Natal. Com a descoberta das minas de diamantes em Kimberley, em 1867, a migração assumiu um caráter mais intenso e permanente, particularmente a partir de 1870” (Covane, 1980).

ou de difícil enquadramento. A administração colonial portuguesa, por sua vez, vê nesta situação uma possibilidade de aumentar as rendas fiscais e de alguma maneira contra-restar a ineficiência do próprio modelo de produção. Aproveitando a posição estratégica de seus portos, realiza entre 1896 e 1909 uma série de convênios com a administração sul-africana, culminando com o convênio de 1909 que senta as bases do que serão as relações comerciais entre Moçambique e a região do Transvaal (com algumas modificações feitas em 1914, 1928, 1964 e 1965) até 1975. Uma das causas sobressalentes destes acordos as descreve Norman da seguinte forma:

“The mining companies and the Mozambican government were interested in exploiting, expanding and regulating the existing movement of workers from Mozambique to South Africa. The Chamber of mine did not want a free labour market to push up the cost of labour and the Mozambican government saw labour exportation as a means of increasing revenue” (Norman, 2004:64)

Esta congruência de interesses se vê refletida nos acordos através do que se constituiu como o sistema de pagamento diferido:

“Through a system of deferred pay, the Mozambican state was able to generate important revenues from the migrating miners. The miner's salaries were paid in gold to the Portuguese government. This gold was sold on their behalf by the South African government, fetching the open market price. The miners themselves received their salaries in escudos calculated at a fixed official rate of exchange”.

(Norman, 2004:64)

O pagamento diferido permitiu uma acumulação de capital em ouro em quantidades absolutas. Devido a que a taxa de câmbio de ouro a escudo era fixada através de um sistema cambiário estabelecido

pela administração colonial. As vantagens deste acordo para a administração colonial eram enormes, o que aumentava as arcas fiscais com divisas em ouro, além disso, o fato de que o pagamento fosse diferido obrigava ao trabalhador a usar o dinheiro no consumo de produtos moçambicanos, inclusive no final do século XIX, os benefícios desta migração já eram calculados por parte dos funcionários do império:

“Realmente o indígena muito raro se demora mais de dous annos em Johannesburg e volta trazendo em media 20 a 30 libras; portanto, calculando em 25.000 o numero de repatriados annualmente, representa isto uma entrada por anno de 500 a 750 mil libras, que circulam logo porque o preto emprega-as (...) no casamento, em compra de gado, alcool ou vinho, algodão, etc.”  
(Covane, 1989:38)

Por outro lado, o fato de que o pagamento do salário fosse realizado de uma vez ao retornar os trabalhadores a sua terra, permitia à administração levar mais um controle rigoroso sobre estes trabalhadores, sobretudo no que dizia respeito principalmente ao pagamento dos impostos (palhota). Em relação ao impacto e implicâncias que teve este fluxo migratório para o cotidiano da região, a literatura é enorme. Para este caso, nos concentraremos apenas em alguns aspectos que facilitem observar melhor as diferenças e semelhanças entre esta migração e a dos trabalhadores moçambicanos à RDA do período socialista pós-colonial. Em primeiro lugar destacamos a relação direta entre o trabalho forçado e a migração ao Transvaal. William Norman (2004) na sua etnografia sobre a situação dos vilarejos de migrantes na fronteira expõe esta relação, desde a perspectiva dos próprios mineiros, de maneira surpreendente. Isto, por sua vez, nos permite ver uma série de outras motivações para migrar, sobretudo as que têm relação com sua vida de agricultores:

“all were recruited by Wenela and worked in the gold mines; most said that their motivation for migrating was to earn money and avoid the Portuguese system of forced labour; all said that they first went as ‘boys’ before they were married; most men would spend their earnings on cattle for marriage; all would talk about how tough the work was; most, having got married, returned to the mines and earned more money with which to establish an independent homestead; and all returned home to raise cattle and farm” (Norman, 2004:69)

Esta visão nos remete a um fenômeno mais relacionado a uma racionalidade que tem suas bases na cultura tradicional destes migrantes. O ato de migrar implica a busca de status e mobilidade social para o cumprimento com as obrigações sociais dentro da comunidade. Aqui a necessidade de fugir ao *Xibàlu* é uma das razões mencionadas, no entanto é assumida com critérios de ordem pragmática e não unicamente como uma atitude de rebeldia frente à política compulsória da administração colonial: “The Portuguese came and said that I would have to do *Xibàlu* (forced labour). It was terrible because they beat us and paid us virtually nothing. It was much better working for the English in South Africa” (Norman, 2004:68). Levando em conta que as condições de trabalho nas minas da WENELA eram muito rigorosas, exigiam muito esforço da capacidade física do trabalhador e não estavam isentas de perigo para a vida dos mineiros, a questão que cabe aqui se perguntar é a que se refere este mineiro entrevistado quando fala que melhor prefere trabalhar para os ingleses?

Tentando responder esta questão, mas também procurando ampliar a visão desta lógica de pensamento, colocamos aqui alguns elementos que podem servir para inferir posteriormente as razões que levaram milhares de moçambicanos a trabalhar na RDA. Neste sentido, recorreremos a alguns trabalhos etnográficos importantes, com a finalidade de estabelecer umnexo entre as condicionantes do sistema de trabalho obrigatório e compelido português e as praticas



de resolução de conflitos de caráter situacional<sup>13</sup> dos próprios moçambicanos, ao parecer incorporadas no ato de migrar. William Watson (1958), na sua etnografia sobre a população Mambwe no norte de Rodésia (hoje Zimbábue), discutiu que as remessas do trabalho assalariado elevaram os padrões da vida rural e a migração trabalhista atuou para estabilizar a sociedade tribal, logo Jan Van Velson (1961) sugere que os nômades Tonga do Malauí que voltavam ao lago Niassa “actively stimulating the traditional values of their rural society” (Van Velson, 1961:240). Por sua vez Patrick Harries (1989) na sua etnografia sobre os Tonga e Changanas, demonstra que a identidade de Tonga/Changana foi consolidada e emergiu como uma nova cultura através do processo de migração para trabalhar na África do Sul. O sistema de minas foi estruturado com base em uma segregação étnica, e isto teve o efeito de que os nômades de Moçambique meridional tivessem que viver e trabalhar juntos como Changanas sem importar as respectivas pertencas étnicas. Na sua monografia mais recente, Harries (1994) demonstra que, no seu encontro com outros africanos e europeus nas minas, estes grupos migrantes foram expostos a novas

<sup>13</sup> Neste sentido aderimos as premissas básicas do análise situacional desenvolvidas pela escola de Manchester, a través de Max Gluckman, a qual constatou que os problemas sociais na África eram produto do colonialismo. Os processos de migração trabalhista e industrialização circundaram estes problemas sociais. Max Gluckman, sucessor de Wilson, discordou de sua noção de “detrribalization” como processo gradual baseado em grande parte na suposição que os indivíduos africanos optavam entre dois sistemas de valores e de normas, baseados em dois sistemas de subsistência: tradicional e industrializado. Na opinião de Wilson os atores sociais eram obrigados a adotar um sistema em desmedro do outro (cf. Wilson, 1968). Gluckman observou contrariamente que os migrantes e trabalhadores, para satisfazer as situações sociais específicas que encontraram, tendiam a selecionar comportamentos particulares de cada um dos sistemas existentes. Este modelo descreveria a seleção situacional de comportamentos que ele observou no contexto colonial. As ações individuais praticadas por atores específicos com suas próprias motivações e interesses, eram consideradas por Gluckman como reflexões significativas de macro processos dentro do sistema social.

idéias, crença e bens materiais. Estas novas experiências foram incorporadas na vida como mineiros, formando assim novas relações sociais ao voltar a casa. David Webster (2006), por sua vez, ao referir sobre a ética masculina dos sujeitos Chopes em relação a sua circulação migratória para as minas da África do Sul, conclui:

“Esta ética estimula a expressão própria e o individualismo, o que é complementado pela flexibilidade do sistema social. Se considerarmos a mobilidade elevada dos indivíduos, que implica a reconstrução da rede social a cada mudança, bem como a variedade de campos de que o indivíduo dispõe para a obtenção de estatuto e reconhecimento, ou ainda os meios usados para os alcançar, não é surpreendente que os chopos consigam muitos lugares de liderança nas minas de ouro” (Webster, 2006:347-348)

Tanto a elevação dos padrões de vida rural junto à estabilização social das sociedades tribais; quanto o estímulo aos valores tradicionais da vida rural; assim como a constituição de novas subjetividades acompanhadas da construção de novos vínculos simbólicos entre o mundo rural e industrial; juntamente com o fomento dos processos de individuação e ascensão social, apresentar-se-iam aqui como os resultados mais visíveis deste “choque” entre tradição e modernidade em um contexto conflitivo. Quer ver a migração ao Transvaal apenas como uma resposta ao sistema compulsório de trabalho, embora este tenha atuado como um fator contundente e não menos importante para a decisão de migrar, parece-nos muito simplista. A realidade geral dos trabalhadores migrantes do sul de Moçambique, em situação de exploração capitalista, coloca a questão da perda de suas praticas tradicionais em relação às cambiantes realidades econômicas, sob um novo enfoque, reconhecendo, desta maneira, a capacidade racional e pragmática de decidir estratégias coerentes com seus modos de vidas, como também de reagir às injustiças que as relações

coloniais lhes impunham (Colaço, 2001). Outro fator que merece ser mencionado aqui é que enquanto grande parte dos estudos sobre o fenômeno da migração laboral às regiões do Transvaal, procuravam separar e reconhecer as diversas relações e clivagens entre as entidades econômicas e políticas, sejam estas de caráter público ou privado, tanto no setor agrícola como industrial, o mineiro ia desenvolvendo uma perspectiva diferente dos enfoques até esse momento utilizados para explicar o binômio tradição/modernidade, tal como o refere Norman:

“While I am aware of the conflicts and differences that existed between the Mozambican and South African states, and between both of these and the various mining companies as well as the plantation-owners, my informants in the villages of Massingir saw them as undivided and monolithic. The state and mining companies were institutionally intertwined at every stage of the miners’ migration to South Africa: from the motivation for migrating, the means of recruitment and their experiences in the mines, how they received their wages, to how they returned home. For the miners of Massingir, the state and the mining companies were so closely connected that the two would often be discussed as one entity”.

(Norman, 2004:72)

Resumindo temos que a política aplicada pela administração colonial em Moçambique, apesar de toda sua carga discursiva de elevar ao indígena a um grau de civilização através do trabalho e libertá-lo do “atavismo” dos seus usos e costumes, ao tempo que escondia toda a maquinaria compulsória para extrair excedentes, não só não esteve ao nível de desenvolver uma infra-estrutura que possibilitasse um desenvolvimento capitalista congruente com os processos em marcha até esse momento na metrópole europeia e regiões vizinhas, pior, aprofundou as já graves diferenças entre colonizado e colonizador ao cimentar uma sociedade dependente economicamente do

exterior e junto com isso, empobrecer ainda mais à população indígena debilitando o desenvolvimento agrícola através do mesmo trabalho compulsório e os recrutamentos para trabalhar na minas da África do Sul. No entanto, e paralelamente a esta situação, as populações afetadas e submetidas a esta política, puderam incorporar, embora de maneira condicionada, de modo muitas vezes pragmático, novas formas de entrelaçamentos da vida agrícola e mineira – industrial, possibilitando por um lado, escapar às imposições legais colocadas pelo colonizador, e, por outro, desenvolver novas formas de sobrevivência econômicas que não necessariamente socavaram a vida tradicional, ao contrario fomentaram o desenvolvimento de novas formas de relacionamento entre a vida tradicional e o enquadramento no sistema internacional de exploração capitalista. Contudo, é necessário insistir que para o caso das migrações ao Transvaal, grande parte da população incorporada a este fluxo correspondeu principalmente a pessoas das regiões meridionais. Este fluxo migratório será contínuo até o fim da colônia e se estendera além do período socialista até a atualidade. No entanto, para poder estabelecer uma continuidade e daí observar se existiram semelhanças ou diferenças nos diversos períodos, é necessário aproximarmos mais ao segundo momento desta breve história, e que diz respeito do processo de construção nacional pós-colonial no qual a construção do “homem novo” no ideário revolucionário virá a substituir o papel que outrora tinha ocupado a construção do “indígena civilizado” na reprodução das relações de poder, só que desta vez sob um discurso emancipatório modernizante de corte socialista.

## 1.2. Função do trabalho no período socialista: construindo a “comunidade imaginada” desarticulando as unidades comunitárias

Antes de entrar nesta matéria devemos fazer uma



ressalva. Principalmente porque entraremos em um tema que na atualidade ainda é tema de muito debate. O período pós-colonial de caráter socialista que seguiu imediatamente à independência de Moçambique em 1975 é controvertido não só pelo fato de deixar entrever certas continuidades com o período colonial, mas porque também as leituras que existem sobre ele são tão variadas como os grupos de poder que participaram deste processo, seja na posição do estado, seja contra ele. Por esta razão preferimos nos concentrar de maneira geral na relação que existiu entre as transformações no poder político, ao constituir-se a idéia de partido único de caráter marxista-leninista, a partir do terceiro congresso da FRELIMO em 1977, e as reformas econômicas que perseguiram o objetivo de transformar o modo e as relações de produção até ali praticadas, para um modelo fortemente estatizado. Mas fundamentalmente, e a partir daí, queremos colocar o que isto significou para o fluxo migratório no sul de Moçambique, dando especial atenção a alguns aspectos que seriam relevantes para nossa investigação central. É dentro deste contexto, que procuraremos estabelecer os nexos entre a noção do trabalho, o processo de integração nacional e as transformações econômicas adotadas pela FRELIMO sob uma realidade de dependência econômica e guerra interna.

Com a assinatura dos ‘Acordos de Lusaka’ em Setembro de 1974, sucede-se à criação de um governo de transição, composto por representantes da FRELIMO<sup>14</sup> e do governo português, cuja duração se estende até à independência nacional de Moçambique, a 25 de Junho de 1975. O buraco provocado pela saída abrupta e massiva dos portugueses que haviam preenchido a maior parte dos lugares da administração e do aparelho econômico, depois da proclamação da independência nacional, teve

<sup>14</sup> Para uma breve mas significativa história da FRELIMO, recomenda-se a leitura do artigo de Cabaço (2004). Outra interpretação da história da FRELIMO a encontramos em Yussuf (2006).

que ser assumido pela FRELIMO<sup>15</sup>. As mudanças operadas em Moçambique pelo sistema português em finais do período colonial, não foram suficientemente abrangentes para criar uma elite negra<sup>16</sup> que pudesse assumir todo o aparelho administrativo. Na altura da independência, Moçambique tinha uma população com uma percentagem 90% de analfabetos<sup>17</sup>, um número reduzido de técnicos e pessoas com formação superior. Em geral, havia poucas pessoas preparadas para preencherem os lugares deixados

<sup>15</sup> “Inúmeras fontes de consulta o confirmaram, sendo de destacar os dados do censo de 1970, em Moçambique, um estudo sobre os chamados “retornados”, de investigadores do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) de Portugal, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, e um cuidadoso estudo de A. Rita-Ferreira, historiador, de 1986, intitulado: ‘Moçambique Pós-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática.’[...] Encaixando uns com os outros, os dados indicam que o total de europeus (25 nacionalidades diferentes, além dos portugueses) radicados em Moçambique quatro anos antes do 25 de Abril, era de 158 mil, dos quais 154000 portugueses. Ora, sendo que o INE indica, em 1981, um total de 164.064 “retornados” de Moçambique (36 por cento do total), sendo igualmente que alguns milhares de portugueses permaneceram em Moçambique [...] Facto, por outro lado relevante: quando abandonaram Moçambique, a maioria destes “retornados”, que estiveram ligados à rede do comércio (cantinas), escritórios, serviços de porto e caminhos de ferro, transporte e administração pública (no total 44.110, de acordo com os dados do censo geral de 1970) atingiam ou ultrapassavam a casa dos 40 a 50 anos...”, em *Revista Tempo* (1990:18-19).

<sup>16</sup> Sobre o papel das missões e escolas a cargo das igrejas no processo civilizador e produção dos assimilados ver Thomaz (2001b). Em relação as igrejas protestantes seu papel na criação de uma elite negra, ver Cruz (2001). Cahen definiu a política social portuguesa: “sendo Moçambique colônia de povoamento, a elite moçambicana, negra, foi criada a uma escala reduzida, somente para preencher os sectores sociais marginais e subalternos, como, por exemplo, os serviços públicos, pratica típica de um colonialismo pobre, cuja prioridade era a acumulação de rendimentos” (Cahen, 1996:20).

<sup>17</sup> Analfabetos em relação ao domínio do português. A variedade lingüística moçambicana é muito grande. Segundo cifras do censo de 1997 o português era falado apenas por 8,8% da população, embora em contextos urbanos o domínio do português fosse muito maior (26,1%). A intenção aqui ao colocar 90 % de analfabetos esta relacionada diretamente a um dos esforços integracionistas da FRELIMO ao colocar a língua da colônia como elemento emancipador, detalhes em Thomaz (2001a).

pelos portugueses. O novo governo independente deveria não apenas organizar o funcionamento da administração, mas também garantir a produção e os mecanismos necessários para manter uma economia operacional. Utilizando a sua experiência das zonas libertadas e guiadas por um programa de transformação socialista, a FRELIMO traçou as suas estratégias para mudar a estrutura econômica e social do país. A estratégia econômica preconizada pela FRELIMO assentava na transformação social baseada na modernização do campo através da criação de aldeias comunais coletivizando as unidades tradicionais de produção agrícola (*machambas*), incentivando desta forma a produtividade através de um programa que introduzisse uma agricultura mecanizada nestas *machambas* estatais, uma tentativa para inverter o processo de exploração colonial dos camponeses, e onde o Estado passava a fazer a acumulação. Caberia também a estas *machambas* estatais o fornecimento de alimentos às zonas urbanas, mas também deveriam constituir os centros de produção para a exportação. Antes o abastecimento das cidades era fornecido também pelos próprios camponeses só que sob uma estrutura de *machambas* comunitárias fragmentadas e estendidas pelo território. Esta estratégia foi aprovada pelo 3o. Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo, em Fevereiro de 1977, e era conhecida como a “estratégia de socialização do campo”. Neste Congresso, a FRELIMO também declarou a sua passagem de Frente para um ‘Partido de Vanguarda Marxista-Leninista’, com a missão de liderar, organizar, orientar e educar as massas.

Nos relatórios do Centro de Estudos Africanos da universidade Eduardo Mondlane (doravante CEA), em 1977<sup>18</sup>, o quadro econômico social da população moçambicana ao Sul do rio Save, era definido como vítimas de uma política de exploração colonial

de caráter capitalista, cuja função era a de conformar um exercito de reserva de força de trabalho barata com vista à acumulação capitalista moderna. O ciclo “tradicional” de produção, distribuição e consumo camponês era apresentado como completamente destruído, ou no pior dos casos, reduzido a esta mão-de-obra excedentária, a qual, por necessidade econômica se tinha transformado numa força de trabalho assalariada<sup>19</sup>. Sob esta perspectiva se reconhece também a presença de uma incipiente estratificação social no campo. O chamado camponês médio foi considerado como um dinamizador econômico, pois justamente é este sector que estava mais capacitado para produzir excedentes comercializáveis. Dentro da definição adscrita a este sujeito convivem duas figuras complementares à política que a FRELIMO inscreverá no seu discurso unificador da nação. Por um lado, a experiência de mineiro/operário, e a do camponês tradicional em condições de precariedade, mas com um nível de consciência mais avançado frente a questões de propriedade.

É esta a visão dual que a definição do sujeito histórico vai integrar na produção do homem novo. Trata-se de um sujeito camponês em condição de precariedade, devido principalmente ao fato de que sua situação econômica não é o suficiente estável para se transformar num produtor agrícola independente, obrigado então a recorrer a outras fontes de ingresso o que lhe permite entrar em contato com o mundo operário (minas) e a partir daí descobrir a consciência de classe necessária para tornar-se sujeito da transformação socialista esperada. Esta experiência industrial junto à condição de camponês permitiria no futuro criar uma força de trabalho assalariado industrial e agrícola e construir o núcleo sob o qual se poderiam constituir as futuras

<sup>18</sup> Estes relatórios foram encontrados nos arquivos do Centro de informação para o Desenvolvimento Amílcar Cabral CIDAC em Lisboa, Portugal, durante um estagio de pesquisa realizado em 2007.

<sup>19</sup> As questões colocadas aqui formam parte das conclusões e comentários dum relatório entregue pelas brigadas de campo ao Ministério do Trabalho em 1977, brigadas conformadas pela FRELIMO para realizar um mapeamento das áreas agrícolas no Sul de Moçambique (Arquivos do Centro de informação para o Desenvolvimento Amílcar Cabral CIDAC de Lisboa).



cooperativas e aldeias comunais. Esta leitura “científica” que a FRELIMO fez da situação econômica e social da população moçambicana e, sobretudo, o análise dos problemas de desenvolvimento deixados pelos anos do colonialismo português, subestimou, ou melhor, subordinou uma série de aspectos à ideologia que sustentava a análise, mas do que à realidade, os quais, como veremos, iram finalmente minar - usando uma expressão um tanto ad hoc - todo o processo de construção nacional.

Em primeiro lugar destaca-se uma relação ambígua na substituição do modelo econômico aplicado pela administração colonial, principalmente no que diz respeito à relação com a propriedade. Se antes o dono da terra era o estado/império português, embora quem usufruía desta eram capitais privados, depois da independência será o estado quem passa a ser o único proprietário<sup>20</sup>. A semelhança com o sistema anterior esteve determinada pelo monopólio da propriedade da terra, o qual significou não apenas a unilateralidade das políticas aplicadas a este setor, senão que ademais reforçou a aplicação de métodos autoritários na imposição da política de estatização do campo. Alguns exemplos destes métodos foram os deslocamentos forçados de populações inteiras desde suas unidades comunitárias e de produção tradicionais para as aldeias comunais criadas pelo governo e, paralelamente, a obrigatoriedade de todos os cidadãos moçambicanos, em condições de trabalhar, de *machambar* nas *machambas* comunais. Em segundo lugar, a situação de dependência econômica com o

<sup>20</sup> “O Plano de desenvolvimento de dez anos para Moçambique – Plano Prospectivo Indicativo (1980/1990) – recriou projetos e atividades identificados por planificadores portugueses colonos. As diferenças entre os planos no tempo de Moçambique colônia e os planos do período pós-colonial residem no seguinte: i) os planos portugueses não contemplavam a intervenção do estado como proprietário das unidades econômicas; ii) os alvos eram limitados, iii) Portugal tinha os recursos humanos para realizar tais empreendimentos e tinha o apoio financeiro e político de potências mundiais e regionais; iv) os planos eram principalmente dirigidos a grupos de colonos, com moçambicanos incluídos nos projetos meramente como reservas estabilizadas de trabalhadores” (Adam, 2006:90).

exterior se manteve.

No entanto, se incorpora um elemento novo nas relações com o exterior, ao ampliar este universo aos novos parceiros socialistas, especialmente com a RDA, sobretudo no que se refere à política de mecanização da produção agrícola e industrialização do setor primário orientado desta vez à exportação, mas também intensificando o intercâmbio em setores de segurança pública, financeiro e de formação profissional, aumentando a presença de cooperantes, instrutores e assessores no país e, desta forma, contribuiu-se à conformação da imagem de intromissão estrangeira contraditória à idéia de um país independente. Apesar da introdução de cooperantes estrangeiros que mal conheciam a realidade rural, como também as transformações impostas no campo, experimenta-se pouca mudança nos padrões de produção agrícola e de abastecimento as cidades<sup>21</sup>. Um efeito concomitante será o incentivo à migração mineira para as regiões do Rand.

Em terceiro lugar, o contexto de guerra e violência, que já desde 1964 vinha condicionando a cotidianidade dos moçambicanos durante a guerra de libertação, e também depois de 1975 com a aplicação de políticas coercitivas e de controle por parte da FRELIMO e a ação dos naquele então chamados bandidos armados, os quais com o tempo e produto das contradições criadas pelo processo de transformação do modelo de desenvolvimento para uma economia socialista, irão se constituindo numa força beligerante –a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique)<sup>22</sup>- com um poder efetivo de desestabilização e destruição, o que contribuirá também para

<sup>21</sup> Para ver uma relação pormenorizada destas continuidades, ver Mosca (1999).

<sup>22</sup> Geffray, em relação à razão de ser da RENAMO, concluía que: “a Renamo conseguiu dar uma forma violenta à oposição dos habitantes ao *Estado aldeão* em todas as zonas onde as populações marginalizadas na situação colonial continuaram a sê-lo no Moçambique independente e acreditaram poder aproveitar-se das suas armas para colocarem fora do controlo do Estado” (Geffray, 1991:156). Outros trabalhos importantes sobre a RENAMO seriam: Cahen (2004) e Manning (1998).

o desmantelamento durante os próximos 15 anos (1977/1992) da pouca infra-estrutura que restou em pé da guerra de independência.

## 2. CIRCULAÇÃO MIGRATÓRIA: RESPOSTAS DE SUBSISTÊNCIA EM CONTEXTOS CONFLITUOSOS

Primeiramente é necessário contextualizar as condições materiais que permitiram a migração à RDA, pois é claro que sem o acordo assinado entre o SED (Partido Socialista Unificado de Alemanha)<sup>23</sup> e a FRELIMO, não teria existido a possibilidade de que mais de 21 mil moçambicanos pudessem sair para a Alemanha. Começando então, podemos colocar como o ano decisivo 1977. Neste ano a FRELIMO se declara marxista-leninista e no mesmo ano o recrutamento de trabalhadores para as minas do Transvaal se reduz de 128000 em 1975 para 42000 por ano, deixando um excedente de mão-de-obra da ordem 86000 em condição de reserva. Este processo foi acompanhado por um re-direcionamento da utilização dos serviços dos portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques, pela África do Sul (por altura da independência, serviços prestados pelos portos e caminhos de ferro de Moçambique eram direcionados quase exclusivamente para os países vizinhos). Com uma economia largamente dependente dos serviços prestados aos países vizinhos, e na seqüência do novo tipo de relações agora existentes com a Rodésia (atual Zimbábue) e a África do Sul, Moçambique viu assim drasticamente diminuída a entrada de divisas para o país.

Esta dependência econômica de caráter estrutural com África do Sul, negligenciada pelos portugueses, obriga à FRELIMO a buscar estratégias duais, que por um lado permitissem manter este fluxo de mineiro e por outro, buscasse novos aliados no seu

processo de construção nacional como república independente. No caso da África do Sul, “ambos países não só mantiveram suas obrigações contratuais<sup>24</sup>, mas também ampliaram a cooperação nas áreas econômicas e de infra-estrutura” (Weimer, 1983:48). Mas esta cooperação se constituía sob uma relação assimétrica a favor do país sul-africano. Imediatamente depois da independência a África do Sul reduziu drasticamente o recrutamento de trabalhadores para as minas no Rand. Em 1978, África do Sul anula a *Gold Option* unilateralmente. Esta cláusula era a que regulava as transferências diferidas em ouro pela contratação dos moçambicanos para as minas. Esta situação diminuiu ostensivamente o ingresso de divisas para Moçambique de cerca de 150 e 175 milhões de dólares em 1975, a 15 milhões em 1978 (Weimer, 1983:51). Por outro lado, entre 1975 e 1977 se reduziu o recrutamento de trabalhadores de maneira tal, que deixou um excedente ativo de cerca de 76 mil trabalhadores. Na sua maioria se tratava de trabalhadores que não obtiveram o “bônus” (carteira de recontração) ao terminar seu contrato e não puderam renová-lo, mas principalmente também daqueles que iam pela primeira vez às minas do Rand. No relatório do CEA de 1977, mencionado anteriormente, se coloca esta situação como um dos problemas mais urgentes de solucionar. No ponto número 8 se coloca:

“A mobilização deste estrato mais pobre de ‘operários-camponeses’, que inclui a grande maioria dos jovens parece-nos constituir uma tarefa imediata devido à posição precária em que atualmente se encontra este grupo, resultante da drástica redução do recrutamento. Não o conseguir pode significar ou a constituição de um proletariado rural de camponeses

<sup>23</sup> Em alemão SED, Sozialistische Einheitspartei Deutschlands.

<sup>24</sup> Os contratos de 1912, conhecidos como “Mozambique-Convention” assinados entre África do Sul e Portugal foram negociados novamente em 1975 com a FRELIMO. Neste contrato era regulado o trânsito de trabalhadores moçambicanos para as minas do Rand no Sul, assim como as transferências em ouro que fazia a WENELA por trabalhador empregado. Ver: Weimer (1983).

pobres trabalhando a terra dos camponeses ricos, ou uma fuga para as cidades onde iriam engrossar as fileiras de desempregados. Um processo deste tipo arrastaria consigo uma séria desmobilização do que pode constituir uma poderosa força da transição para o socialismo”.

(Relatório do CEA sobre a situação camponesa no Sul de Moçambique, entregue ao Ministério do Trabalho em 1977, p.VI 10)

Paralelamente, no mesmo ano, aproveitando o terceiro congresso do partido, a FRELIMO declara a Moçambique república socialista marxista-leninista, o que irá agravar a difícil situação fronteiriça, tomando em conta a situação de conflito na região. O primeiro passo neste campo será afiançar os laços estabelecidos com a RDA<sup>25</sup> durante a guerra anticolonial e, conjuntamente, ampliar e regularizar a relação de cooperação econômica e militar com este país. Concentrará então esta relação sob dois eixos: o militar<sup>26</sup>, para proteção do processo revolucionário de ataques subversivos; e o de cooperação econômica, técnica e científica com o objetivo de dissociar-se paulatinamente do sistema capitalista (Weimer, 1983:116). Em novembro de 1977 o secretário do Ministério do Trabalho e Salário da RDA, recebe uma petição da FRELIMO para a formação técnica profissional de trabalhadores moçambicanos. No escrito aparece:

<sup>25</sup> Neste ponto ver o capítulo de Hans-Joachim Döring dedicado à relação da RDA com a FRELIMO antes da independência (Döring, 1999:143-153).

<sup>26</sup> Para ter uma dimensão relativamente geral sobre esta cooperação militar, ver entre outros: Döring (1999); Wolf (1998) e Schleicher (1996). Outra fonte de incalculável riqueza são os pormenorizados relatórios do Ministério de Segurança do Estado alemão, nos quais revelam a periodicidade das relações entre os ministérios encarregados da segurança pública, a frequência de visita dos instrutores alemães assim como as chegadas de quadros moçambicanos para a sua formação em Alemanha, entre muitas outras coisas.

“A República Popular de Moçambique quer enviar, em 1978 e 1979 respectivamente, 2000 trabalhadores à RDA para que recebam uma formação prática durante um ano. Os melhores trabalhadores entre eles deveriam obter a possibilidade de uma formação (formação em determinadas especializações) de dois anos” (Döring, 1999:231)<sup>27</sup>

A resposta do secretário não se fez esperar. A petição foi rejeitada pelas seguintes razões: “A ocupação de trabalhadores moçambicanos em trabalhos que não exigem nenhuma formação anterior, não é possível justificar politicamente e não tem nenhum uso na economia moçambicana” (Döring, 1999:231). Entretanto, a atitude da RDA mudará rapidamente. A necessidade de criar novas fontes de divisas e, de esta maneira poder saldar sua própria dívida, assegurando assim sua existência econômica, a leva a olhar a sua contraparte africana como uma alternativa barata de aquisição das divisas necessárias. Conseqüentemente, da rejeição inicial se passa a um acordo de intercâmbio econômico e técnico que contempla à ocupação temporária de trabalhadores moçambicanos no país europeu. Um dos pontos principais destes acordos bilaterais era a formação técnico-profissional dos trabalhadores migrantes<sup>28</sup>. Como se antecipou ao início deste artigo, várias razões levaram a alguns autores alemães a fazer uma comparação com o sistema migratório para o Rand. Alguns exemplos são colocados por Oppenheimer (2004): enquadramento legal e institucional paternalista, contratação rotativa de jovens solteiros (entre 18 e 25 anos), pagamento diferenciado de partes dos

<sup>27</sup> “Die VR Mozambik will 1978 und 1979 jeweils 2000 Arbeiter in die DDR zur einjährigen praktischen Ausbildung entsenden. Die besten Arbeiter unter ihnen sollen die Möglichkeit einer zweijährigen Ausbildung (Ausbildung in bestimmten Spezialisierungen) erhalten”. *Stellungnahme der Staatssekretariates Arbeit und Lohn zum Vorschlag der VRM über die Ausbildung mozambikanischer in Betrieben der DDR*, 3.11.1977. BAZ DY 3022190 (Büro Mittag).

<sup>28</sup> Em Moçambique, isto funcionou como incentivo para recrutar a mão-de-obra.

salários, segregação e controle social e habitacional no país de acolhimento. Por sua parte, as principais características dos convênios entre Portugal e África do Sul a conformaram os períodos de duração do contrato, de 12 meses com a possibilidade de aumentá-los a seis mais. Em um relatório realizado por uma comissão do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane para o Ministério do Trabalho em 1980, confirmava que em relação à frequência de contratos durante a vida de mineiros, a média da força de trabalho passou quase 50% de sua vida trabalhando nas minas de Joanesburgo<sup>29</sup>. Quanto à idade dos trabalhadores, a maioria destes se encontrava na faixa dos 20 aos 34 anos, o que não significou que trabalhadores de idades mais avançadas não participassem deste fluxo migratório. Logo, em relação ao pagamento de salário, o convênio estipulava que 60% dos ingressos destes trabalhadores eram retidos pela administração colonial, durante os primeiros 6 meses de contratação (First, 1983:25), o qual ao seu retorno a Moçambique lhes era reembolsado em escudos. Além de reconhecer estes aspectos semelhantes, os quais pareceram responder mais bem a uma lógica de reprodução da qual a FRELIMO não esteve isenta, isto é, configurar este acordo com a RDA a partir da experiência dos acordos realizados por o Moçambique colonial com a África do Sul, sobretudo no que respeita ao sistema de pagamento diferido e que para o caso da RDA ajudou a compensar a grande dívida externa contraída com este país europeu<sup>30</sup>. Contudo, o que interessa aqui é por

<sup>29</sup> O relatório refere-se aos mineiros possuidores de “bônus” (carteirinha de recontração) válidos em meados de 1977. Para chegar a este cálculo, dividiu-se o tempo total passado nas minas pelo tempo de vida ativa (a idade do trabalhador menos de 18 e até os 60 anos). Esta medida de frequência de 50% corresponde a aproximadamente 5 contratos aos 30 anos, 15 contratos aos 50 e 17 contratos aos 60 anos (considerando uma duração meia dos contratos de 16 meses) (CEA, 1980).

<sup>30</sup> “No final dos anos setenta, a dívida externa de Moçambique para com a RDA tinha atingido uma dimensão substancial. Só o déficit comercial de Moçambique acumulado entre 1978 e 1979 cifrou-se em 200 milhões de Marcos da RDA – *Valuta Mark*

um lado salientar que a maioria dos moçambicanos retornados da RDA com os quais pudemos conversar, ao referir-se às causas da sua decisão de partir para Alemanha, todos sem exceção queriam fugir ou evitar a guerra, evitar ser recrutados no exército ou trabalhar no ministério da defesa. A partir deste dado, desejamos colocar aqui a modo de hipótese esta semelhança em relação ao ato de migrar que estaria mais ligado às escolhas e motivações dos sujeitos emigrantes e suas praticas.

Porém é necessário anteciparmos algumas diferenças para contextualizar as práticas destes moçambicanos que foram à RDA. De acordo aos convênios assinados entre a FRELIMO e o SED, a formação técnica - profissional dos trabalhadores imigrantes seria garantida na RDA. Porém esta garantia de formação profissional foi mantida pela RDA apenas os primeiros anos e principalmente em função das necessidades que a própria indústria da RDA estabelecia, na maioria dos trabalhadores o nível de qualificação foi mínima<sup>31</sup>. Paralelamente, ao confrontar-nos com o relatório que o CEA organiza para o Ministério do Trabalho em 1977, este se refere aos trabalhadores nas minas no Transvaal da seguinte forma:

---

(ver Döring, 1999:233) que correspondia, na contabilidade externa da RDA, a 200 milhões de DM”. Em 1990, na altura da sua extinção, e da assunção desta posição pela RFA, a dívida externa acumulada de Moçambique com a RDA foi avaliada em 450 milhões de dólares. E isto depois de três reajustes, consentidos pela RDA em 1983, 1985 e 1989 (Oppenheimer, 2003:4-5). Apesar de que no acordo bilateral não se estabelecia que estes trabalhadores contribuiriam com seu trabalho para o pagamento da dívida que seu país tinha contraído com a RDA (ver Müggenburg, 1996 e Oppenheimer, 2004), esta situação será a base do conflito que estes trabalhadores já retornados sustentam com o governo na atualidade. Os pormenores e a complexidade deste aspecto serão tratados em outro artigo, o qual está em andamento.

<sup>31</sup> Segundo os próprios trabalhadores as possibilidades de receber uma formação técnica foram asseguradas só até 1983, daí para frente receberam apenas conhecimentos básicos da língua alemã para, desta maneira, compreender as fases do processo produtivo industrial e daí ocupar funções de baixa qualificação.



“Do total da amostragem, 9% tinham a categoria de artefices-ajudantes (canalizadores, fundidores, carpinteiros, mecânicos), 19% de condutores de máquinas pesadas, 8% tinham tarefas semi-especializadas, tais como ajudantes de enfermeiro, pintores, cozinheiros, pedreiros. Outros 16% ocupavam posições de supervisão, tais como ‘indunas’, ‘boss-boys’ e polícias (das minas). Isto significa que 36% eram possuidores de qualificações técnicas e 16% tinham funções de supervisão nas minas”.

O nível de qualificação nas ocupações é muito mais elevado nos trabalhadores das minas no Transvaal do que na RDA, este aspecto deve ser entendido a partir de outro dado, que tem relação como o nível de instrução e escolaridade que tinham estes mineiros, o qual por sua vez era comparativamente mais baixo que os trabalhadores que foram à RDA<sup>32</sup>. Antecipamos este aspecto, pois de acordo às informações recopiladas, estes moçambicanos ao retornar da RDA não puderam integrar-se ao mercado de trabalho, por um lado pela falta de indústrias num país assolado pela guerra, e por outro pela falta de uma política econômica industrial sustentável para a inserção dos poucos trabalhadores qualificados, mas também esta falta de preparação técnica impossibilitou uma integração individual independente de qualquer política estatal.

Ainda, introduzindo os factores tempo e distância, encontramos duas diferenças pontuais entre estes dois casos, revisando os testemunhos colhidos por Norman (2004) no seu trabalho com os mineiros de Massingir. O primeiro tem a ver com o período de contratação: “The mining contracts were usually for

<sup>32</sup> No mesmo relatório do CEA ao questionar sobre o nível de ensino dos trabalhadores consultados, revela que: “Apenas 9% tinha 4º classe, 14% tinham 3º classe, 18% a 2º classe, 9% a 1º classe e 50% não tinham nenhuma instrução formal” (CEA, 1977:10). É importante colocar esta questão frente às exigências feitas aos trabalhadores da RDA: o mínimo de ensino exigido era 4º classe, quem não tivesse este nível não podia viajar. O termo “classe” aqui é um termo êmico usado no português de Moçambique para definir o nível de escolaridade das pessoas.

12 months and on completion each miner was issued with a ‘bonus card’. This card guaranteed the miner a new contract if he returned to the mine within 40 days of leaving” (Norman, 2004:68). O tempo aqui se coloca como um elemento diferenciador importante, porque os trabalhadores que foram para a RDA, o fizeram por um período de 4 anos, renováveis por quatro mais ao término do seu contrato, sem necessidade de um tempo de espera. Por sua vez, a distância apresenta uma ruptura com o circuito mina-campo colocado anteriormente, e, portanto, com sua comunidade originária, adicionalmente se apresenta o impacto que provoca chegar em um país altamente urbanizado com regras de comportamento e valores diferentes. Esta seria outra hipótese de trabalho, em que medida o tempo de estadia na Alemanha e a mesma distância de suas comunidades, e, portanto do circuito cosmológico e ritual, pode haver aportado para um processo de desenraizamento, ou entendido como um quebre radical com certo tipo de práticas de resistência e a incorporação de novas adquiridas na sua experiência socialista em Alemanha.

## PALAVRAS FINAIS

Para finalizar, nos referiremos a este aspecto enunciado mais em cima e que está relacionado diretamente com a violência. O livro de Michel Cahen começa com um testemunho de um de seus entrevistados, do qual destacamos a seguinte passagem:

“Raúl (júnior) estudara na Beira. Depois de ter terminado a 9 classe (ensino médio), soube em fins de 1986, sem que o tivessem consultado, que tinha sido tomada a decisão de o colocar no Ministério da Defesa [...] Não querendo ir para o SNASP (Serviço Nacional de Segurança Pública)<sup>33</sup>, quer para defesa,

<sup>33</sup> O Serviço Nacional de Segurança Pública era o homólogo da conhecida STASI (Ministério de Segurança do Estado) alemã. Cabe salientar que muitos quadros da FRELIMO tiveram sua

decidiu partir para Maputo para ver se poderia voltar a matricular-se numa outra escola. Já lá estava a família do lado do pai. Mas não chegou a fazê-lo. Uma prima, que trabalhava no Ministério do Trabalho, propôs-lhe uma ‘opção’ – partir para a Alemanha de Leste para ‘formação profissional’ em eletricidade. Já lá havia dezesseis mil moçambicanos, homens na sua maioria.” (Cahen, 2004:2-3)

No livro testemunhal do Instituto moçambicano alemão de cultura (ICMA) introduzido por Mia Couto e publicado no ano 2005, “Alemanha ida e volta”, aparecem os depoimentos de dois trabalhadores diferentes. No primeiro diz:

“Naquela época, quando havia falta de tudo menos folha de chá, jovens adolescentes, cresciam pelo futuro incerto, a falta de vagas para o ensino, vagas para o emprego. A única solução dada por certo era a tropa, mas onde, todo o jovem temia ou fugia da morte certa, pelas balas dos denominados B’As (Bandidos Armados)” (Moisés, 2005:191)

O segundo é um relato feito de maneira ficcional por outro trabalhador, neste diz: “José inscrevera-se em Maputo, onde por essa altura vivia fugindo do serviço militar obrigatório, e com esperanças de arranjar trabalho na África do Sul. No entanto, a conselho de parentes amigos decidira-se pela Alemanha” (Pinto, 2005:221). Nestes três testemunhos o que os une é o fato de que nenhum quer confrontar-se com a violência existente e, sobretudo foge às disposições do estado, testemunhos que coincidem com os depoimentos coletados com a maioria dos trabalhadores inquiridos em Moçambique. Esta situação nos aproxima às estratégias dos mineiros para fugir do *Xibàlu* na época colonial. No entanto para evitar reducionismos colocando apenas este aspecto vinculante das duas experiências, é usada aqui como ponto de

---

formação precisamente naquele país.

partida para poder aprofundar, a continuação, na reflexão e na elaboração das hipóteses de trabalho.

Esta reestruturação radical e ambígua, do modo de produção colonial para um modelo de economia centralmente planificada, não apenas esteve longe de ser uma alternativa aos problemas advinentes da tentativa de suprir a crise econômica resultante da destruição da economia colonial, senão que também mostrou ser insuficiente para a solução dos problemas econômicos e sociais existentes no país, sobretudo para resolver o problema central derivado do entrelaçamento da dependência econômica e da guerra interna, ambos atuando como pano de fundo durante todo o período. As medidas econômicas preconizadas pelo Estado tinham marginalizado aos camponeses e suas economias tradicionais em favor do desenvolvimento de uma agricultura mecanizada orientada à produção para exportação, mas também a guerra produto da dissidência criada como respostas a estas políticas por parte da população afetada, acabou por destruir o fraco sistema que havia garantido a maior parte da produção e circulação do consumo interno nos primórdios da independência. Contudo, esta desarticulação das unidades comunitárias, convertidas a aldeias comunais e cooperativas, continha outra série de implicâncias. A mais importante foi a perda de legitimidade da FRELIMO como autoridade frente as comunidades de origem e regionais da população:

“Num certo momento particular, eu acho que todo o povo moçambicano comungava com a FRELIMO. Era o grande objetivo nacional. Mas depois o que surgiu foi que alguns dos dirigentes da FRELIMO se tinham afastado por causa do exílio, por causa de serem formados na Europa, por causa de terem sido atraídos pelos modelos soviéticos de experiência e distanciaram-se culturalmente do país. E o que eles desconheciam eram suas próprias raízes. Aprenderam a desconhecer isso. E os grandes erros



tiveram uma razão mais cultural do que política, se é que se pode separar assim. [...] A FRELIMO era um regime marxista. Combatia a religião de frente. Não chegou a atuar como a União Soviética porque não conseguia, não tinha capacidade, mas queria. O que foi mais grave foi o que foi mais silencioso e que não era visível, porque era essa guerra contra esta religião africana, que é a religião dos antepassados. E aí não há uma instituição”.

(Felinto, 2002)

Embora exista um sem fim de leituras sobre esta perda de legitimidade, cremos importante resgatar algumas significativas por concentrar a crítica no processo modernizador fundado na contradição modernidade/tradição, contradição da qual desconfiamos, por achar insuficiente como marco explicativo para entender as práticas e motivações dos mesmos moçambicanos<sup>34</sup>. Porém, evitamos assumir uma visão “comunitarista”<sup>35</sup>. Desta maneira, centramo-nos em

<sup>34</sup> Neste sentido, a desconfiança respeito da ideia de colocar a contradição modernidade/tradição como modelo explicativo das transformações dos últimos trinta anos em Moçambique, baseia-se no desejo acumulado de abandonar esta postura modernizante, por não ser abrangente e também pouco conclusiva. Mas ao mesmo se sustenta na constatação de que “as sociedades africanas contemporâneas representam, aliás, exemplos muitíssimos eloquentes desta encarnada sobrevivência da diversidade cultural, dado que a despeito da sua exposição a enormes externas e às dinâmicas globais que marcam a nossa época, persistem em desafiar muitas lógicas que lhe têm pretendido impor [...] embora sem negar a evidente capacidade transformadora das influências exteriores, parecem apropriado ter presente o facto de muitos teóricos da globalização tenderem a sobreestimar o impacto dos valores ocidentais e, conseqüentemente, a subestimar o grau de superficialidade da sua influência. ‘Modernidade’ e ‘Tradição’ são assim freqüentemente representadas como dois antagonistas em presença num conflito de cariz maniqueísta entre progresso e imobilismo, quadro este cujo desajustamento em relação à realidade é desnecessário salientar” (Nicolau, 1999:170-171).

<sup>35</sup> Usamos aqui a versão de Mamdani: “As discussões sobre a difícil situação da África na atualidade giram cerca de duas tendências claras: a modernista e a comunitária. Os modernistas se inspiram nos levantamentos da Europa Oriental no final dos oitenta; os comunitários desaprovam o eurocentrismo liberal ou de esquerda e pedem um retorno à fonte. Para modernistas, o problema é que a sociedade civil

desvendar as clivagens criadas pelas incongruências de um discurso ideológico que imporá a construção da unidade nacional desde uma posição monolítica abrangente, embora estivesse esta permeada de boa vontade nos primórdios da independência (Geffray, 1991:15), negando um contexto de diversidade histórica e social e substituindo este por um corpo dogmático<sup>36</sup>. Esta situação provocou certo descontente entre as populações afetadas, questão que com o tempo virara dissidência, principalmente porque a FRELIMO

“...não tomou, porém, em consideração que a ‘construção da unidade nacional’ se fazia em estreita interação, freqüentemente conflituosa, com identidades já existentes, as quais, por seu turno, reforçavam os próprios sistemas simbólicos nessa confrontação [...] Esta guerra acabaria sendo, afinal, um longo e trágico processo de negociação das identidades colectivas e individuais”.

(Cabaço, 2004:244-245)<sup>37</sup>

Cahen (2004:xvi) explica a ação dos chamados “bandidos armados” (Renamo), como a cristalização de uma dissidência já enraizada no descontente de muitas comunidades integradas a este sistema monolítico imposto. Segundo Cahen, estes tinham

---

é um construto embrionário e marginal na África; para os comunitários, o problema é que as comunidades de carne e osso das que consta a África estão marginadas da vida pública como outras tantas “tribos” [...] a solução africanista consiste em colocar as seculares comunidades africanas no centro da política africana” (Mamdani, 1998:5).

<sup>36</sup> “O marxismo constituía o corpus conceptual que permitia a invenção do país imaginário e a garantia dogmática da coerência interna da ficção que alimentava o projeto nacionalista do poder” (Geffray, 1991:16).

<sup>37</sup> “O estado pós-colonial tratou os camponeses de forma contrária aos seus interesses e expectativas. As comunidades de camponeses foram consideradas homogêneas. As características sócio-culturais das comunidades de camponeses não foram tomadas em consideração. Esta situação provocou a oposição dos camponeses, resultando num pobre desempenho das iniciativas de desenvolvimento realizadas” (Yussuf, 2006:91).

“...conseguido interferir na profunda crise social moçambicana, provocada pela modernização agressiva das elites europeizadas no poder, e assim, de uma certa maneira tinha conseguido exprimir essa crise: devolvendo o poder aos chefes tradicionais, considerados legítimos pela população, queimando as aldeias comunais e matando os presidentes (e suas famílias) e permitindo que a população vivesse como antigamente de forma dispersa nas terras ligadas a estruturas clânicas e religiosas”.

Esta constante de guerra, começada logo depois da assunção ao poder da FRELIMO, parece mostrar-nos uma face paradoxal da modernização. A relação entre o discurso que definia o problema de desenvolvimento dos diferentes períodos e as medidas efetivadas para sua solução era muitas vezes incongruentes ou, no pior dos casos, eram analisadas de maneira superficial, privilegiando muitas vezes o formalismo ideológico aos aspectos históricos e culturais da diversidade de povos presentes. De alguma maneira, esta fórmula simplista não deixa de ser provocadora, pois quando refletimos em relação ao rompimento da fraternidade da qual João de Pina Cabral (2005) escreve, parecemos esquecer que o processo de modernização, ainda em curso, atingiu sensibilidades e subjetividades de maneira abrangente e complexa. De tal forma que compreender o projeto modernizador colonial, que sustentava seu imaginário integracionista na compulsão ao trabalho a qualquer custo, e o projeto modernizador da FRELIMO, que por sua vez sustentava seu poder na criação e imposição planejada de um suposto homem novo produtivo, homogeneizando e subordinando assim as diferenças históricas dos diversos grupos étnicos espalhados no território à nova nação. Tais projetos revelam não apenas essencialismos de ordem ideológica, mas, sobretudo, exaltam a inseparabilidade dos processos de modernização com os da produção de alteridades, processos, como veremos neste caso, carregados de conflitualidade e

violência, assim como de enquadramentos compulsórios e integracionistas fortemente excludentes. No entanto, são também processos nos quais seria possível enxergar alternativas de respostas por parte dos indivíduos “afetados”<sup>38</sup>, “respostas” que não se manifestam, necessariamente, a partir de um confronto ou dissidência -enquanto excluídos, marginalizados e explorados-, contra os grupos dominantes, e sim, como pretendeu-se desenvolver ao longo do texto, são respostas apreendidas dentro deste universo de circulação e mobilidade, variando, precisamente, de acordo com as subjetividades produzidas por tais processos no contexto estudado. Além de constatar o fato de que nenhuma destas duas políticas conseguiu acertar no alvo, ou seja, atingir globalmente com as suas idéias modernizadoras específicas aos sujeitos dos seus respectivos projetos e ao contrário criar não apenas uma contestação a estas políticas, senão que ademais obrigar a recorrência ao acervo social e cultural dos próprios sujeitos existentes e, em alguma medida, desenvolvido de maneira paralela. Resulta interessante, porém, ver como a violência desatada quase da mesma intensidade nestes processos parecesse ser a única marca visível. É precisamente neste aspecto da violência, compreendida como um dos pilares do projeto modernizante, onde queremos centrar a reflexão desta revisão, pois evidentemente manifesta um fio condutor para entender as estratégias que os próprios moçambicanos foram desenvolvendo como modo de resposta às condições de pobreza e miséria a que eram empurrados. É neste aspecto onde podemos encontrar algumas semelhanças entre as estratégias de migração ao Rand e à RDA, descartando desde já a construção de uma imagem de

<sup>38</sup> “Afetado”, “afetação” são termos ênicos usado pelos moçambicanos já no período colonial e especialmente no período socialista para definir o procedimento a partir do qual as pessoas são enquadradas pelo Estado dentro do processo produtivo é não só no processo produtivo, pelo Estado em geral. Para o caso dos *magermane* especificamente, muitos do relatos que elaboram a memória da sua ida para Alemanha usam este termo para explicar sua ida para este país.



vítimas em face ao que definiria como sujeitos conscientes, e tentar encontrar um nexos que vai além de qualquer política planejada ou coercitiva. Ver por exemplo em um fato específico como a migração para a RDA, a qual poderia ser considerada como um fenômeno marginal e pouco relevante para os problemas existentes no período histórico específico apresentar-se-ia como a manifestação de uma prática social adquirida, anterior e paralela, ou seja, uma manifestação desta racionalidade econômica e humana de parte dos sujeitos migrantes frente a situações de conflito e violência inerentes aos processos de modernização implementados nas últimas três décadas neste país em construção.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, L. (1980) *Com os Mirages sul-africanos a 4 minutos*, São Paulo: Global Editora.
- CABAÇO, J.L. (2004) “Identidades, Conflito e Liberdade”. *Travesias*, 4/5: 237-250.
- CABECINHA, R.; CUNHA, L. (2003) “Colonialismo, identidade nacional e representações do ‘negro’”. *Estudos do Século XX*, 157-184.
- CABRAL, J.P. (2005) “Crise de Fraternidade: Literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial”. *Horizontes Antropológicos*, 11(24): 229-253.
- CAHEN, M. (2004) *Os Outros, um historiador em Moçambique 1994*. Basel: P. Schellwein Publishing.
- CAPELA, J. (1974) *Moçambique pelo seu Povo*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, J. (1993) *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, J. (1995) *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento.
- CASTELO, C. (2004) “Um Segundo Brasil ou um Terceiro Portugal? Políticas de Colonização Branca na África portuguesa”. *Travesias*, 4/5: 155-180.
- CEA, Centro de Estudos Africanos (1977) *A situação camponesa no Sul de Moçambique*. Relatório do CEA.
- CEA, Centro de Estudos Africanos (1980) *Os mineiros moçambicanos na África do Sul*. Relatório do CEA 80/1, Universidade Eduardo Mondlane.
- COLACO, J.C. (2001) “Trabalho como política em Moçambique do período colonial ao regime socialista”. Em FRY, P. (ed.) *Moçambique ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, pág. 91-108.
- COSTA, L.A. (1973) *Guerra Colonial em Moçambique*. Folheto da Unidade Democrática Portuguesa.
- COVANE, L.A. (1989) *As relações econômicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964 : acordos e regulamentos principais*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- COVANE, L.A. (2001) *O Trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promedia.
- CRUZ, T. (2001) *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da missão suíça (1930 - 1974)*. Maputo: Promedia.
- DÖRING, H.-J. (1999) “*Es geht um unsere Existenz*”. *Die Politik der DDR gegenüber der Dritten Welt am Beispiel von Mosambik und Äthiopien*. Berlin: Ch. Links Verlag.
- FELICIANO, J.F. (1998) *Antropologia econômica dos Thonga no Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- FELINTO, M. (2002) “Mia Couto e o exercício da humildade”, *Entrevista ÁFRICA. Diário de Moçambique*. [Em linha], [http://www.uol.com.br/tropico/diariodebordo\\_4\\_1358\\_1.shl](http://www.uol.com.br/tropico/diariodebordo_4_1358_1.shl).
- FERREIRA, A.R. (1963) *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar.
- FIRST, R. (1977) *The Mozambican Miner: A study of export labour*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- FIRST, R. (1983) *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian, Peasant*. New York: Harvester Press.
- FRY, Peter (ed.) (2001) *Moçambique Ensaios*. Rio de

- Janeiro: UFRJ.
- GEFFRAY, Ch. (1991) *A causa das armas: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- GLUCKMAN, M. (1940) "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand". *Bantu Studies*, 14: 1-30.
- GLUCKMAN, M. (1941) "Economy of the central Barotse plain". *Rhodes-Livingstone Paper*, 7.
- GLUCKMAN, M. (1942) "Some processes of social change". *African Studies*, 1: 243-60.
- HALL, M.; YOUNG, T. (1997) *Confronting Leviathan: Mozambique since Independence*. London: Hurst & Co.
- HAMMOND, R. (1966) *Portugal and Africa 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press.
- HAMNETT, I. (1977) *Social Anthropology and Law*. London: Academic Press.
- HANLON, J. (1990) *Mozambique: the Revolution under Fire*. London: Zed Books.
- HARRIES, P. (1981) "The Anthropologist as Historian and Liberal: H-A Junod and the Thonga". *Journal of Southern African Studies*, 8(1): 37-50.
- HARRIES, P. (1989) "Exclusion, Classification and Internal Colonialism: The Emergence of Ethnicity Among the Tsonga-Speakers of South Africa". Em VAIL, L. (Ed.) *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. London: James Currey, pág. 82-117.
- HARRIES, P. (1994) *Work, Culture and Identity: Migrant Labourers in Mozambique and South Africa 1860-1910*. London: James Currey.
- HARRIS, M. (1959) "Labour migration among the Mozambique Thonga: cultural and political factor". *Africa*, 29(1): 50-66.
- HEAD, J. (1995) "Migrant Mine Labour From Mozambique: What Prospects?". Em CRUSH, J.; WILMOT, J. (eds.) *Crossing Boundaries: Mine Migrancy in a Democratic South Africa*. Cape Town: IDASA, pág. 35-43.
- HONWANA, A.M. (2002) *Espíritos Vivos, tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Nova Iorque: Promedia.
- ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. (1983) *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Colorado: Westview Press.
- KATZENELLENBOGEN, S.E. (1982) *South Africa and Southern Mozambique: Labour, Railways and Trade in the Making of a Relationship*. Manchester: Manchester University Press.
- KHAN, Sh. (2004) "Emigrantes Africanos moçambicanos: a Construção social de Identidade e Etnicidade". *Travesias*, 4/5: 251-268.
- MAMDANI, M. (1998) *Ciudadano Súbdito. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo XXI.
- MAGODE, J. (ed.) (1996) *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismos e o Estado; Transição inacabada*. Maputo: CEEI/ISRI.
- MANNING, C. (1998) "Constructing Opposition in Mozambique: Renamo as Political Party". *Journal of Southern African Studies*, 24(1): 161-189.
- MAYER, Ph. (1980) *Black villagers in an industrial society*. Cape Town; New York: Oxford University Press.
- MAZULA, B. (1995) *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Porto: Afrontamento.
- MOSCA, J. (1999) *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MÜGGENBURG, A. (1996) *Die ausländischen Vertragsarbeiter in der ehemaligen DDR: Darstellung und Dokumentation*. Berlin: Mitteilungen der Beauftragten der Bundesregierung für die Belange der Ausländer.
- NEWIT, M. (1997) *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- NICOLAU, V.H. (2000) "Cultura "tradicional" e processo de democratização em África". *Travesias*, 1: 169-181.
- NORMAN, W.O. (2004) *Living on the Frontline:*



- Politics, Migration and Transfrontier Conservation in the Mozambican Villages of the Mozambique-South Africa Borderland*. London School of Economics and Political Science, PhD thesis.
- OPPENHEIMER, J. (2004) “Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã: Passado e presente”. *CEsA*, documento de trabalho 65.
- REVISTA TEMPO (1990) “Moçambicanos no Exterior: Que quadros e quantos?”. *Revista Tempo*, 1039.
- SCHLEICHER, H.-G. (1996) “DDR-Geheimdienst und AFRIKA-Politik“. *Außenpolitik – Zeitschrift für internationale Fragen*, 47(IV): 399-409.
- SCOTT, C.V. (1988) “Socialism and the ‘Soft State’ in Africa: An Analysis of Angola and Mozambique”. *The Journal of Modern African Studies*, 26(1): 23-36.
- SIMPSON, M. (1993) “Foreign and Domestic Factors in the Transformation of Frelimo”. *The Journal of Modern African Studies*, 31(2): 309-337.
- SITOE, B. (1996) *Dicionário Changana – Português*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- THOMAZ, O.R. (2001a) “Introdução. Moçambique em movimento: dados quantitativos”, em FRY, Peter (Org.): *Moçambique Ensaios*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pág. 21-58.
- THOMAZ, O.R. (2001b) “Contextos cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em andamento)”, em FRY, Peter: *Moçambique ensaios*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pág. 135 – 153.
- THOMAZ, O.R. (2002a) *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-Fapesp.
- THOMAZ, O.R. (2002b) “O Bom Povo Português: Antropologia de Nação e Antropologia do Império”. Em SIGAUD, L. (ed.) *Antropologia Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume
- Dumará, pág. 95-124.
- VAN VELSON, J. (1961) “Labour migration as a positive factor in the continuity of Tonga tribal society”. Em SOUTHALL, A. (ed.) *Social Change in Modern Africa*. London: Oxford University Press, pág. 230-241.
- VERDERY, K. (2002) “Wohin mit der Postsozialismus“. Em HANN, Ch. (Ed.) *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*. Frankfurt: Campus, pág. 31-49.
- WATSON, W. (1958) *Tribal Cohesion in a Money Economy: A Study of the Mambwe People of Northern Rhodesia*. Manchester: Manchester University Press.
- WEIMER, B. (1983) *Die Mozambiquanische Außenpolitik 1975-1982*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft.
- WERBNER, R.P. (1984) “The Manchester School In South-Central Africa”. *Annual Review of Anthropology*, 13: 157-85.
- WILSON, G. (1968) “The economics of detribalization in northern Rhodesia”. *Rhodes Livingstone Paper*, 5-6.
- WILSON, F. (1972a) *Labour in the South African Gold Mines. 1911-1969*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WILSON, F. (1972b) *Migrant Labour*. Johannesburg: The South African Council of Churches. SPRO-CAS.
- WOLF, M. (1998) *Spionagechef im geheimen Krieg – Erinnerung*. München: Econ & List.
- YUSSUF, A. (2006) *Escapar aos dentes de crocodilo e cair na boca do leopardo: Trajetória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: Promedia.
- ZACARIAS, A. (1991) *Repensando sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais.

**RESUM**

Moçambic va experimentar, com pocs països, transformacions profundes en els darrers trenta anys. Aquestes transformacions han estat marcades per la introducció de diferents models de producció i desenvolupament, forçadament modernitzants, que cercaven convertir un món tradicional tribalista en un modern de cort occidental. D'acord amb aquest fet intentarem qüestionar, a partir de la circulació migratòria moçambiquesa, la relació entre modernització econòmica i modernitat política, durant els períodes colonial i post-colonial, tenint en compte un aspecte específic: el caràcter explícitament compulsori de l'ús de la força de treball i les diversificades respostes dels habitants, objectes d'aquests processos caracteritzats pel treball compulsori, en especial els antics treballadors que van ser a la RDA  
[MOÇAMBIC, MIGRACIÓ, FORÇA DE TREBALL, MODERNITZACIÓ COMPULSIVA]

**RESUMEN**

Como pocos países, Mozambique experimentó transformaciones profundas en el lapso de treinta años. Estas transformaciones estuvieron marcadas por la introducción de diferentes modelos de producción y desarrollo, forzadamente modernizantes que apuntaban a convertir un mundo tradicional tribalista en uno moderno de corte occidental. De acuerdo con este hecho intentaremos cuestionar a partir de la circulación migratoria mozambiqueña la relación entre modernización económica y modernidad política, durante los períodos colonial y post-colonial, a partir de un aspecto importante: el carácter explícitamente compulsorio del uso de la fuerza de trabajo, confrontándolo con las diversificadas respuestas de los habitantes sujetos a estos procesos de afectación laboral, en especial los antiguos trabajadores que fueron a la RDA.  
[MOZAMBIQUE, MIGRACIÓN, FUERZA DE TRABAJO, MODERNIZACIÓN COMPULSIVA]

**ABSTRACT**

Like few countries, Mozambique experienced deep transformations in the space of thirty years. These transformations were marked by the introduction of different productions and developments. Models, with a compulsorily modernizing Character. This should aimed to turn a tribalist traditional world in a modern one. According with this fact and starting of the Mozambican migratory circulation we will try to question the relation between economic modernization and political modernity, during the colonial and post-colonial periods, taking one important aspect: the explicitly coercitive character of the use of the labour force and to confront this to the diversified answers of the inhabitants, subjects to these processes of labor affectation, specially the former Mozambicans workers in the GDR.  
[MOZAMBIQUE, MIGRATION, LABOURS FORCES, COMPULSIVE MODERNIZATION]

